

Eu, o "abaixo assinado" (fornecendo meu autógrafo com minhas impressões digitais e meu selo original):

**róbert da família de sellei** - um **homem vivo** de espírito, alma, corpo, mente, carne, sangue e ossos, um **homem vivo** que vive na Terra, de acordo com a lei natural/lei da terra/terra, um **beneficiário**, um **ser humano vivo** autônomo, livre e soberano (com imunidade diplomática), que sou/que também é o proprietário, fui designado à força pelo "Estado da República Socialista da Tchecoslováquia" e o suposto "Estado" - ou a chamada "Corporação da República Eslovaca", contra minha própria vontade, sem meu conhecimento e/ou minha própria decisão voluntária e consentimento, a seguinte "**ficção legal**":

"Nome e sobrenome: Róbert Šellei, número de nascimento: 840614/7145, data (dia, mês, ano) e local de nascimento: 14/06/(junho)/1984, (cidade) Topoľčany, (código postal) [955 01], Estado: (antiga) República Socialista da Tchecoslováquia, atualmente República Eslovaca, residência permanente: (rua) Štefánikova trieda (nº), (cidade) Nitra, (código postal) [949 01], (estado) Eslováquia (República Eslovaca), cidadania: Eslovaca”,

Concedo, com base nesta assim chamada "**Procuração Geral Especial**", meu consentimento voluntário e consciente, dado sem qualquer pressão exercida sobre mim por qualquer pessoa, exclusivamente com base em minha própria decisão voluntária e livre, conforme eu achar adequado, a QUALQUER PESSOA NO MUNDO - QUALQUER (não apenas) assim chamada "PESSOA FÍSICA e JURÍDICA, CIDADÃO, SOCIEDADE", bem como quaisquer outras assim chamadas "ENTIDADES" e todos os seres vivos no planeta Terra, POR QUALQUER MEIO - SEM QUALQUER RESTRIÇÃO, como qualquer um achar adequado, para COMPARTILHAR (PUBLICAR) **MINHA CARTA ASSUNTO PARA QUALQUER PESSOA E EM QUALQUER LUGAR DO MUNDO**, juntamente com as **gravações (de vídeo)** anexadas **do local de envio/preparação para enviar minha carta assunto e meus** supracitados - chamados "**dados pessoais**" atribuídos à força pelos chamados "estados", ou seja, **minha** assim chamada "**ficção legal**", incluindo os involuntariamente, forçosamente atribuídos a mim - contra minha própria vontade - assim chamados "**documentos e certificados pessoais válidos**" emitidos pelos assim chamados "**estados e a Igreja Católica Romana**" - essa é minha assim chamada "**ficção legal**", incluindo **meu** assim chamado "**documento de identificação (passaporte CLC)**" que uso atualmente (temporariamente) e que enviei em **31/07/2023** para as chamadas "corporações multinacionais, pessoas, organizações governamentais, intergovernamentais e não governamentais, autoridades, joint ventures, agências executivas, instituições supremas e agências (não apenas) da UE" (mas também) em todo o mundo, incluindo todo o meu site público "**vabanque.info**", onde minha carta temática, juntamente com muitas outras informações, está publicada. O compartilhamento (publicação) de todas essas informações pode ser feito, por exemplo, pela Internet, compartilhando-as (publicando-as) nas chamadas "redes sociais", por meio da palavra falada, ondas de rádio, TV, imprensa ou de qualquer outra forma.

Esta "**Procuração Geral Especial**" tem **VALIDADE TEMPORAL ILIMITADA** - é válida "para todo o sempre" porque assim decidi com base em meu livre arbítrio e autorizo seu compartilhamento (publicação), juntamente com os outros dados mencionados acima, para qualquer pessoa no mundo, sob uma condição, a saber: sem quaisquer modificações adicionais feitas por qualquer pessoa, sem adicionar ou remover (ocultar - censurar) qualquer letra, nem mesmo uma única letra, exceto as fotos do meu rosto nos chamados "documentos de identidade" mencionados acima, ou seja, minha chamada "**ficção legal**", que já foram ocultadas (censuradas) por mim. Ou seja, minha chamada "**ficção legal**", que já foram

apagadas (censuradas) por mim. Essas condições também se aplicam a todos os outros chamados "documentos, papéis, escrituras" e informações relacionadas à minha carta de assunto acima mencionada, juntamente com meus chamados "**dados pessoais**" atribuídos à força a mim pelos chamados "estados" acima mencionados - ou seja, minhas chamadas "**ficções legais**". Todas as informações acima são confirmadas por minha chamada "assinatura certificada" (ou meu autógrafo manuscrito) nesta "**Procuração Geral Especial**". Esse método da chamada "verificação de assinatura" da minha chamada "**ficção legal**", bem como qualquer outra coisa que faça parte desse perverso sistema corporativo mafioso de escravidão anti-humana (essa chamada "jurisdição"), é claro que eu não reconheço, mas, nesse caso, achei apropriado fazê-lo, e (não apenas) principalmente para a proteção de qualquer pessoa que queira se envolver nesse compartilhamento público mundial de todas as informações relacionadas a isso, no âmbito de sua própria proteção "proteção pessoal" de ser sancionado (na forma da chamada "imposição de uma multa" ou qualquer outra chamada "punição") pelo chamado "estado, reino e ducado", do qual o indivíduo em questão, que opta por compartilhar (publicar) as informações acima, é um chamado "cidadão e parte", (não apenas) no contexto da chamada "Lei de Proteção de Dados - GDPR". Com base em tudo - nesta "**Procuração Geral Especial**" acima, qualquer pessoa, em qualquer lugar (de qualquer lugar do planeta Terra), para qualquer pessoa e em qualquer lugar do mundo - com validade de tempo ilimitada e em quantidade (número) ilimitada poderá compartilhar e publicar tudo o que foi mencionado acima sem a possibilidade (risco) de qualquer sanção por parte (não apenas) do chamado "estado, reino e ducado", do qual, por exemplo o ser humano em questão - a chamada "pessoa" - é um chamado "cidadão" e com a minimização do risco da chamada "proibição" de compartilhamento - publicação (por exemplo alterando a chamada "legislação das leis europeias" dentro dos chamados "estados, reinos e ducados", que são membros da chamada "União Europeia", ou as chamadas "leis" que foram/serão criadas de forma independente e separada por qualquer chamado "estado, reino e ducado", etc.). Se tal proibição da publicação dessas informações fosse emitida e executada por qualquer pessoa no mundo, ou seja, se qualquer censura surgisse por parte de, por exemplo (qualquer) assim chamado "estado" ou qualquer outra pessoa, nesse caso, a assim chamada "proibição", a assim chamada "decisão" e a assim chamada "censura" seriam absolutamente ilegais, realizadas exclusivamente com base na vontade de uma determinada "pessoa e corporação" (o chamado "estado") que teria emitido e/ou implementado tal ordem/decisão e seria obrigado a arcar com as consequências de suas ações ilegais, pelas quais, nesse caso, seria 100% responsável criminalmente, incluindo todos os indivíduos que participariam disso - i. e., de qualquer forma que estivessem envolvidos.ou seja, de qualquer forma que estivessem envolvidos e participassem de tais ações ilegais, seriam igualmente responsáveis e obrigados a arcar com as consequências de suas ações.

.....  
.....

Local (corporação), data, meu autógrafo com minhas impressões digitais, meu selo original e o carimbo do credor garantido